

Yalodês - pelas lentes de antropólogas negras

Esta campanha de ocupação das redes sociais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizada em parceria com o Comitê de Antropólogas/os Negras/os e Comitê de Gênero e Sexualidade, vem no intuito de reconhecer, visibilizar e reposicionar antropólogas negras na história da disciplina. E por que tal tarefa se faz necessária? Porque as estruturas que demarcam a produção do conhecimento são atravessadas pelos efeitos da colonialidade, bem como pelas ideologias opressoras e violentas do racismo e do machismo, que por muitos anos invisibilizaram e ocultaram essas mulheres do *mainstream* do conhecimento antropológico.

No contexto geral, a situação das mulheres negras no Brasil ainda está longe de ser a ideal. Os atravessamentos do racismo e sexismo históricos/estruturais ainda colocam essa parcela que representa em torno de 28,7% da população, segundo dados oficiais, longe de posições estratégicas na sociedade brasileira. No caso da academia, ainda se tem pouca inserção de pesquisadoras negras nos cursos de pós-graduação e/ou cargos de chefia. Por isso, buscamos qualificar esta ação com o termo iorubano yalodê que se refere a um título administrativo utilizado exclusivamente por mulheres que detêm a posição de representação feminina em espaços de poder.

Tais estruturas atravessadas pelo racismo e pelo sexismo permitem que, na prática, conhecimentos de alguns sujeitos sociais, como as mulheres negras, possam ser localizados por sujeitos brancos acadêmicos/as ou por outros corpos permeados pela colonialidade do saber como conhecimentos subjetivos e militantes demais, o que posiciona nossas epistemologias de volta às margens, como conhecimento desviante e minoritário.

É importante lembrar que, neste momento em que vivemos um tempo de agudas crises (sanitária, política, social e econômica), são as mulheres negras que mais têm sofrido as consequências da pobreza, fome e exclusão, pois a maior parte dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, em que a maioria é negra. Nesse sentido, esta data se faz mais relevante, pois também é um momento de reforçarmos as resistências no combate ao recrudescimento da pobreza, miséria e do número de mortes dessa importante parcela populacional que a pandemia ceifa. A piora da situação econômica vem jogando seus descendentes (crianças e jovens) nas fileiras da pobreza e da insegurança social.

Contudo, no campo da produção de conhecimento algumas coisas vêm se transformando. Por meio da solidão resistente de muitos corpos negros na academia, da luta constante dos movimentos sociais negros pela democratização desses espaços e por legislações como as políticas de ações afirmativas nas universidades - que multiplicam a presença de mulheres negras na academia - e temos hoje uma antropologia negra feminina crescente e sendo revista de forma crítica. É parte desse processo afirmar que o conhecimento dito objetivo e neutro, sempre foi posicionado e corporificado.

A convocação, nesta nota, é para honrarmos essa ancestralidade antropológica negra feminina, em todos os espaços e momentos. Principalmente em nossas políticas de citação, nas convocações para participação em bancas de defesa e nas representações que envolvem o fazer científico. Assim, reafirmamos que “nossos passos vêm de longe”, e que é no agora que faremos uma antropologia mais

inclusiva, plural, afetiva e comprometida com a equidade, em todas as suas dimensões, na sociedade brasileira.

De acordo com Angela Davis, “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide onde se encontram as mulheres negras; muda-se isto, muda-se o capitalismo”. Nesse sentido, constatamos que nos países estruturados em torno das desigualdades criadas por processos transatlânticos de colonização e o tráfico negreiro, quaisquer tentativas oriundas de mulheres negras para coletivamente melhorar sua condição têm encontrado fortes e imediatas reações. Por isso, é muito importante uma ação permanente no sentido de garantir que mais mulheres negras sejam protagonistas nos diversos espaços sociais, políticos e acadêmicos e na produção do conhecimento do século XXI.

Brasília/DF, 28 de julho de 2021.

Associação Brasileira de Antropologia ABA, seu Comitê de Antropólogas/os Negras/os, seu Comitê Gênero e Sexualidade – ABA e seu Comissão de Direitos Humanos - ABA